

# MOBILIÁRIO ASSISTENCIAL NOS HOSPITAIS MILITARES EM PORTUGAL DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XIX

AUGUSTO MOUTINHO BORGES\*

Data do período da Aclamação da Casa de Bragança como reis de Portugal (1640-1668), a construção em rede dos Hospitais Reais Militares, que se estabeleceram ao longo da raia seca, principalmente nas áreas identificadas como sendo as cinco principais entradas de Portugal<sup>1</sup>, nomeadamente Entre Douro e Minho, a brecha de Chaves, Riba Côa, Zebreira (linha do Tejo) e o Alentejo, especificamente na área geográfica de Elvas. Desde este período até aos primórdios do século XIX, há poucas alterações quanto à localização nas praças de guerra dos Hospitais Reais Militares para tratamento aos enfermos e doentes militares. Estamos perante uma situação pouco variável quanto à evolução do pensamento geoestratégico para a defesa do reino, o que fez com que os relatórios que chegaram até nós, do Marquês de Alorna (Pedro José de Almeida Portugal, 1754-1813), de 1790<sup>2</sup>, e do Príncipe de Waldeck (Frederico Carlos Augusto de Waldeck e Pymont, 1743-1812), de 1798<sup>3</sup>, sejam coincidentes quanto à localização anterior ao domínio filipino (1580-1640) e que vinham já do pensamento estratégico do rei D. João IV (1604-1656).

---

\* Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL), Cátedra Infante Dom Henrique da Universidade Aberta (CIDH-UAb). Academia Portuguesa da História, Comissão Portuguesa de História Militar. amoutinho.borges@sapo.pt. Este artigo segue o Acordo Ortográfico de 1945.

<sup>1</sup> BORGES, 2006a: 73-86.

<sup>2</sup> ANTT — 1790, Doc. n.º 130, 90 fl.

<sup>3</sup> GUEDES, 1992.

Analisemos então o Relatório das Praças a Norte do reino, de 1790, para termos uma ideia do estado logístico na área da Saúde Militar em Portugal, e da sua evolução no caso específico da Praça de Almeida e de Penamacor<sup>4</sup>, como estudo de caso, desde esta data até à Primeira Invasão Francesa, ocorrida em 1807:

## RELATÓRIO DO MARQUÊS DE ALORNA, 1790<sup>5</sup>

*No que respeita aos Hospitais. Quanto aos Hospitais acha-se no Maço n.º 3 a Relação do Estado de cada um deles e das suas faltas, com resumo competente. Julgo que todos aqueles Hospitais Militares deveriam ser estabelecidos num pé uniforme regulando-se destes por pessoa hábil e já conhecida pelas suas bases sobre este tão importante objecto.*

**Penamacor.** *Edifício para quartel, vizinho à Porta chamado dos Carros onde está um chafariz chamado Poço do Carvalho, (fl. 55v). Existe na vila um edifício, parece que serviria muito bem para hospital como já tem sido e o qual pertence igualmente a sua Majestade (fl. 56).*

**Almeida.** *E quanto aos edifícios militares da Praça, como são Quartéis e Hospitais, não se deveria proceder a edificação deles sem que primeiro haja de Sua Majestade determinado (fl. 81v).*

*Pelo que pertence ao Hospital (fl. 57) Militar situa-se este debaixo da direcção de um médico que me dizem ser hábil e entendido; e quatro religiosos de S. João de Deus tem a seu cargo a Direcção do cuidado dos enfermos fazendo-se o curativo pelos Cirurgiões-Mores dos Regimentos com o auxílio dos seus ajudantes. Porém o edifício não somente é suficiente para o número dos doentes que os três Regimentos da guarnição podem chegar a ter, mas está em total ruína; Como também precisa de camas e roupas para os mesmos, loiça e mais pertences de um hospital bem regulado como se vê de relação justa.*

*O meu parecer é que o Hospital não pode estar em bom pé sem que sua Majestade o mande reedificar e prover do necessário, mas pelo que toca ao seu Regime, segundo as Ordens do Marechal de Campo, David Colder aqui juntas e o detalhe do regime do médico director aqui também junto me parece digno da aprovação de S. Majestade.*

*A despesa corre por um oficial da Vedoria extinta por nome José Alexandre Freire da Fonseca com o título de fiel do mesmo Hospital, pelo qual recebe 200 Rs por dia além de 6000 Rs mensais de soldo. No tempo que o governou as Armas desta Província o Tenente General Francisco Maclen, obteve permissão da Corte para haver um fiel no dito hospital que corresse com a sua despesa, na ideia de*

<sup>4</sup> BORGES, 2009c: 79-96.

<sup>5</sup> Sobre o mesmo assunto ver OEYNHAUSEN, 1790.

*ser feita com maior exactidão, o que se tem confirmado pelo General da Província actual (fl. 57v).*

**Miranda do Douro.** *O Hospital Militar é regido por dois religiosos da Ordem (fl. 61v) de S. João de Deus segundo o Regime junto mas falta-lhe o necessário para o número de doentes que podem haver nesta guarnição como consta da Relação junta. Um Ajudante de Cirurgia do Regimento de Infantaria de Bragança tem só a seu cargo seis doentes e o médico da cidade recusa assistir-lhe não tendo posse de partido algum (fl. 62).*

*O referido Hospital está estabelecido em duas moradas de casas pequenas das quais uma pertence a S. Majestade e a outra está alugada; ambas estão em tal estado que um socorro bem pronto ameaça vir a tema e arriscar as vidas dos enfermos.*

*Naquele mesmo terreno das duas moradas se poderia formar sua maior despesa um Hospital suficiente para a guarnição de um regimento, separando-se o que já existe e construindo-se o que falta sobre um plano regular.*

**Bragança.** *O Hospital está em muito bom estado e igual boa ordem devido ao cuidado do governador e do Padre Prior dele Fr. Agostinho de St.º António.*

*Os doentes são bem tratados como se manifesta pela cópia do regimento aqui junto a S. Majestade. Porém os fundos destinados para a sua manutenção não são nem regulados nem mesmo suficientes e maioritariamente querendo-se aqui conservar a guarnição que de presente existe (fl. 63v).*

*O Religioso e Prior Fr. Agostinho de St.º António Ferreira que dirige o Hospital Militar de Bragança me pareceu também homem muito capaz e muito propenso à sua obrigação (fl. 87v).*

**Chaves.** *O Hospital Militar é situado na borda do Rio Tâmega, o que fez menos saudável; a sua direcção está encarregada a um Pior e três religiosos da Ordem de S. João de Deus, que tem todo o devido cuidado, e o religioso Prior Fr. José da Natividade, é religioso de um grande merecimento e estimado de todos os militares, pela sua humanidade e caridade com que trata todos os doentes. O seu Regime, me parece muito bom, segundo o que se vê do detalhe a que a S. Majestade, não faltando coisa alguma de roupas ou camas e achando-se com efeito bem provido destas, precisando somente de algumas coisas que para o cómodo dos doentes se faz necessário como vai explicado (fl. 65v).*

*A limpeza, e quando seja conscernante ao tanto dos doentes é muito bom. A casa seria capaz se houvessem mais enfermarias do que uma, e nesta são curados indistintamente todos os doentes com grande prejuízo destes em razão de se confundirem de todas as moléstias (fl. 67).*

*Facilmente se poderão multiplicar com a precisa suficiênciã fabricando-se enfermarias para a parte do quintal.*

*Do mesmo hospital, sobre um e outro destes objectos vão representações junto. Maior do súbdito Prior, Cirurgiões-Mores da guarnição contem ao lado o motivo da despesa e menção própria que será de uma utilidade bem grande à Real fazenda e ao bom serviço de S. Majestade se pode ter lugar uma troca entre o Convento de S. Francisco situado no Forte já mencionado e o referente Hospital porque uns e outros ficarão com excelente modo e a comunidade dos Religiosos apossados de uma notável igreja ao hospital, visto que os doentes somente ouvem missa no Oratório interior da enfermaria (fl. 67v).*

*Não devo omitir nesta ocasião de mencionar o Prior do Hospital Militar de Chaves Fr. José da Natividade que é por mais de trinta anos que se emprega neste mesmo, e que tem dado provas da sua inteira economia e inteligência na direcção que tem tido de vários hospitais e ultimamente no de Chaves, que ainda continua a dirigir e que talvez pode-se estabelecer com uma boa forma regular fundada na boa ordem económica em todos os hospitais militares das Províncias setentrionais do reino (fl. 87).*

**Valença do Minho.** *O Hospital Militar não está em mau estado (fl. 23v). O edifício do Hospital é novo e está em bom estado com quatro enfermarias e os quartos precisos para os seus expedientes e somente se lhe deveria renovar a administração que por estar na entrada da Porta principal serve de grande incomodo aos doentes e mais habitantes e a relação junto a Vossa majestade. Denoto o estado das roupas, etc., sem faltas, e juntamente o Regimento que nele se observa. Presentemente é administrado por um Prior Religioso de S. João de Deus e outros dois padres que conservam tudo em boa ordem como observais.*

*Tem um Fiel que corre com as despesas na referida relação se vê a que fez a Real Fazenda nestes últimos três anos (fl. 76).*

**Viana do Castelo.** *Consiste a guarnição num regimento de Infantaria e um Destacamento de Artilharia e uma Companhia de Pé do Castelo e do Regimento de Monção (fl. 18). O Hospital é o mesmo da Misericórdia desta Vila com enfermarias separadas para a tropa por um ajuste que há pelo qual a Real Fazenda paga 190 Rs por dia de cada praça doente, e me consta que são (fl. 20) ali bem tratados, mas para a Disciplina não me parece a melhor coisa por estarem fora da inspecção do Regimento. Muito bem tratados sim, e talvez demasiadamente bem, de que se segue gestão os soldados tanto de ali estarem, que lhes é violento o saírem para fora, e como do grande número de doentes resulta utilidade ao mesmo hospital, os não despedem com facilidade, tanto assim que me confessarão as feições daquele Hospital que em havendo menos de dezasseis Praças de doentes nele, que perda a Misericórdia, e que de maior número se aumentava o lucro (fl. 20v).*

**Porto.** *O Hospital é o mesmo da Misericórdia a que sua Majestade paga 200 Rs por cada doente que não são ali bem tratados, nem debaixo da inspecção militar;*

*nesta consideração a meu parecer seria de se procurar outro método de estabelecer um hospital militar para a tropa (fl. 28v).*

*Também a documentação sobre a Praça de Almeida nos elucida sobre o seu estado de conservação, nomeadamente de mobiliário necessário para o bom funcionamento dos mesmos<sup>6</sup>, 150 camas e que são precisas para os banhos tépidos, de que se faz uso frequente em diversas moléstias no mesmo hospital Canoas de pão, ou de lata, para maior comodidade dos enfermos.*

## **RELATÓRIO DO MÉDICO DA PRAÇA DE ALMEIDA, 1790<sup>7</sup>**

*Exm<sup>o</sup> Senhor*

*Representa a Vossa Excelência o Doutor Médico do Hospital Militar desta Praça de Almeida, que para o curativo dos seus enfermos no mesmo Hospital, é necessário prolongar o mesmo pelo Baluarte de S. Francisco até à Igreja do Convento, por não haver nas actuais enfermarias espaço suficiente para acomodação dos mesmos enfermos, menos para maior número, quando as epidemias, ou outras coisas o aumentarem: que são indispensáveis, e necessariamente estarem prontas cento e cinquenta camas para os ditos enfermos, preparadas de tudo o necessário, atendendo ao maior número de Tropa, que se tem aumentado como o Regimento de Penamacor, e o Destacamento de Artilharia; pois ainda hoje se não conservam prontas cem camas preparadas, que se determinaram estar sempre existentes, por determinação régia quando somente esta Praça era guarnecida dos dois Regimentos, um de Infantaria, e outro da Cavalaria: que para se precaver produção de novas moléstias e contagiosas no dito hospital, pela corrupção do ar das Enfermarias dele, são necessários os ventiladores, ou fogões adoptados e postos em quase todos os Hospitais da Europa: Que são precisas para os banhos tépidos, de que se faz uso frequente em diversas moléstias no mesmo hospital, Canoas de pão, ou de lata, para maior comodidade dos enfermos: que para a boa e perene assistência dos mesmos enfermos militares, são necessários seis Religiosos incluídos e um Sacerdote para mais pronta administração dos sacramentos: que para breve expedição e exibição dos remédios aos ditos enfermos se necessita de uma casa para Botica dentro do mesmo hospital que ultimamente necessita esta praça de um cemitério extramuros dela, para sepultura das pessoas que nela falecerem; para se precaver o contágio e produção de moléstias perniciosas, que por muitas vezes têm feito aqui irreparáveis danos e estragos, originando-se muitas epidemias desta causa; o que tem sido atendido por todas as nações da Europa, abolindo a prática de sepulturas nas Igrejas, estabelecendo os necessários Cemitérios. Suplica a Vossa Excelência as*

<sup>6</sup> BORGES, 2008a: 139-148. A que faz alusão o Marquês de Fronteira.

<sup>7</sup> AHM — 3Div-16Sc-Cx14-n.º 11.

*providências necessárias sobre estes importantes objectos, que são da atenção de Vossa Excelência.*

## **PROVÍNCIA DA BEIRA — HOSPITAL REAL MILITAR DA PRAÇA DE ALMEIDA<sup>8</sup>**

*Relação das camas que actualmente existem com alguma capacidade de poderem servir; e do que falta para continuar o curativo dos militares enfermos, que guarnecem a mesma Praça, pelo número de 150 camas, que devem existir para estes, para os Religiosos e familiares.*

*Acham-se 80 tarimbas ou barras compostas de dois bancos de madeira e três tábuas cada uma. Há 150 que deve haver. Faltam 70.*

*Acham-se 74 enxergões de estopa de 8 varas cada um, que a favor de cosidos e remendados vão suprimindo.*

*Há 150 que deve haver. Faltam 76.*

*Acham-se 87 chumaços ou travesseiros de vara e meia cada um e os mais deles incapazes.*

*Há 150 que deve haver. Faltam 63.*

*Acham-se 130 lençóis de pano de linho, de 5 varas cada um, todos já usados pela actualidade em que andam servindo.*

*E para as 150 camas, a razão de 4 cada uma, 600 os que deve haver. Acham 470.*

*Acham-se 426 mantas de lã, capazes de serviço, ainda que usadas.*

*E posso dizer que para as 150 camas, se forem preciso outro igual número de mantas, segundo as ordens: a desordem do País, pelos rigorosos frios dele, nas estações próximas, e do Inverno, carece pelo menos de 4 cada cama, e assim são precisas 600.*

*Ao que faltam 84 por se terem incapacitado pelo largo tempo do seu uso.*

*Almeida 8 de Março de 1790*

*José Alexandre Freire da Fonseca*

*Fiel Administrador deste Hospital*

*O número de enfermos, que em diversas estações do ano, pelo período de treze anos, a que tenho assistido até o presente, é diariamente de 80-100. Em tempo de epidemias tem chegado a 120, 130 e 150. Havendo outras causas influentes para maior número de enfermos, estando sempre prontas 150 camas preparadas de tudo o necessário, então se podem dar as providências necessárias.*

*António Álvares Teixeira*

*Médico do Hospital Militar*

---

<sup>8</sup> BORGES, 2006b: 595-625.

Pela análise documental, constatamos que há uma evolução preparatória da logística respeitante à saúde, desde a Guerra contra Espanha de 1662 até às Invasões Francesas, em 1807. Em primeiro lugar, ficou a Corte a saber o estado do reino, emanando, posteriormente, informações e decisões relativamente à preparação para eventuais embates. Fez-se uma redistribuição de bens e de materiais pelos Hospitais mais carenciados, assim como se adaptaram novas estruturas edificadas para servirem de equipamentos militares. Disso temos prova do que se fez na Praça de Almeida, adaptando um convento de freiras Clarissas para Hospital Militar, tal como fora solicitado pelo Médico local e o mapa francês de 1805 o refere, sabendo que foi seu projetista o Engenheiro Militar Sargento-Mor Luis Miguel Jacob (1726-1771)<sup>9</sup>.

A assistência aos doentes e enfermos militares teve, a partir de 1790, um novo objectivo que foi, tal como nos refere o relatório da Praça de Almeida para a orgânica do seu Hospital Militar, destinado aos militares, aos religiosos e aos seus familiares, aparecendo-nos esta tónica como um novo elemento a ter em conta, contrariamente ao que anteriormente se vinha a realizar<sup>10</sup>. Consideramos importante esta referência documental, pois pela primeira vez esta é descrita como a família militar, apesar de no presente o conceito de família militar estar directamente relacionado com os laços de sangue, subtraindo-lhe a assistência aos religiosos.

Apesar de todo esforço desenvolvido em torno desta questão, sabemos hoje que Portugal não estava preparado para o embate militarizado que se antevia na sequência dos objetivos imperialistas franceses, motivo pelo qual, e mesmo assim, de imediato se tratou de marcarmos a nossa posição no eixo dos potentados europeus ao enviarmos, em 1797, para a Campanha do Rossilhão (1792-1795) um corpo expedicionário que nos esgotou recursos económicos e humanos, os quais foram, anos mais tarde, tão necessários ao empreendimento defensivo de Portugal.

Não estranhamos que, como consequência directa das diversas resoluções que têm vindo a ser referenciadas, tenha sido criado, em 1797, o Hospital da Marinha, como elemento fracturante da logística assistencial militar, elemento essencial ao pensamento ideológico das especialidades que se vinham alicerçando no saber técnico-científico do Exército português. Entendemos pois que a criação desta unidade assistencial para os embarcados é fruto e reflexo do pensamento estratégico, que procurava dar respostas à actividade da logística assistencial do Exército e da Marinha. Foi com o Hospital da Marinha que se deu uma nova viragem no pensamento assistencial, pois a construção deste edifício, para os fins a que se destinava no apoio sanitário, projectava-se como modelo para além do território nacional, servindo de elo catalisador para os técnicos

---

<sup>9</sup> BORGES, 2009a: 247-301.

<sup>10</sup> BORGES, 2011: 84-85.

que tinham aqui uma raiz estruturante, da forma como agir perante a assistência no vasto império.

Já vimos que, até ao início das campanhas napoleónicas em Portugal, a estrutura assistencial se desenvolvia nas Praças de Guerra ao longo da raia, que vinham desde a Restauração<sup>11</sup>, onde a complexidade arquitectónica e urbana implantava os edifícios em locais estrategicamente referenciados. Em trabalhos anteriores<sup>12</sup>, publicámos o modelo que obedecia à localização e à construção dos Hospitais Reais Militares, os quais se mantiveram praticamente inalteráveis até ao eclodir das Invasões Francesas. Construía-se os hospitais perto de um baluarte e de uma porta ou poterna, sendo constituído por uma lógica tripartida de edifício assistencial, cerca e campo santo<sup>13</sup>. No entanto, ressalta-nos um ou outro aspecto fundamental quanto à orgânica interna, distribuição dos espaços e corpo residente dos assistentes, entre os quais se separa inequivocamente a parte orgânica administrativa, sendo esta concebida por seculares<sup>14</sup>. Podemos analisar que, a partir do século XVIII, as enfermarias continuam a ser, normalmente, duas em cada hospital, passando, no entanto, a serem localizadas num só plano, como em Almeida e Olivença, em oposição à enfermaria baixa e enfermaria alta, que até então eram prática comum em Portugal, e das quais o exemplo edificado se manteve ao longo do tempo no Real Hospital Militar de Penamacor<sup>15</sup>.

Continuamos a assistir à existência de um corpus arquitectónico destinado aos frades hospitaleiros, os quais tinham por função a responsabilidade da enfermagem e da prática espiritual. Por outro lado, vemos surgir uma nova dependência adstrita aos Hospitais Militares destinada às cirurgias, não sendo alheia a introdução das aulas e formação de Cirurgia e Anatomia nas Praças de Guerra de Almeida, Chaves, Elvas, Lagos e Lisboa, que vinham a ser fundadas desde 1782. Estas aulas formaram tecnicamente um contingente de elementos que se encontravam nas Praças acantonadas ao longo da raia e que, tendo como epicentro a Universidade de Coimbra, faziam chegar os conhecimentos, que circulavam pela Europa, sobre as matérias que mais interessavam à assistência dos feridos e doentes militares, para uma boa e melhor dotação dos técnicos que exerciam as suas funções nesses mesmos hospitais.

Analisando o ofício, já referido, do médico administrador do Hospital Real Militar da Praça de Almeida, de 1790, podemos observar que tudo aquilo que lá se refere faz parte das teorizações endógenas do que melhor se produzia na época na Europa, para bem do assistido. É evidente que algumas destas observações são repuxadas na obra,

---

<sup>11</sup> BORGES, 2006c: 53-54.

<sup>12</sup> BORGES, 2009b.

<sup>13</sup> BORGES, 2008b.

<sup>14</sup> BORGES, 2013.

<sup>15</sup> BORGES, 2006d: 67-70.



de 1756, do Doutor António Ribeiro Sanches (1699-1783), *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*<sup>16</sup>.

Constatamos que desde 1790 se vinha a operar em Portugal um conjunto de ações, que tinham como principal objetivo reorganizar a logística, especificamente na área da Saúde Militar, dando como elementos concretos dessa preocupação o relatório do Marquês de Alorna, que dedica grande parte das suas observações aos hospitais militares<sup>17</sup>. Aqui ficamos a saber quais os funcionários e o estado do hospital militar, bem como a sua importância para a criação do *Regulamento* de 1797, que procurava esquematizar as necessidades fundamentais ao bom governo dum Hospital Militar e, posteriormente, o *Regulamento* de 1805, que nos dá uma ideia clara e evidente da preocupação do monarca perante os ventos belicosos que estavam a chegar a Portugal.

Pelo exposto, os tratamentos aos feridos e doentes no advento da Primeira Invasão Francesa, estava bem alicerçado<sup>18</sup>. Já em 1802, e na evolução técnica do pensamento nacional, o velho Hospital da Corte, localizado no Convento-Hospital de S. João de Deus, na Rua das Janelas Verdes à Pampulha<sup>19</sup>, e aí instalado após o terramoto de 1755, foi transferido para o Hospital de Xabregas, em 28 de Fevereiro de 1802 até 1836<sup>20</sup>, porque o velho edifício não se adaptava às necessidades e aos pensamentos a que já aludimos, quer por falta de espaço, quer por condições arquitectónicas ou de implantação urbana. Exigia-se uma nova construção de raiz para os fins assistenciais. Temos, então, um novo conceito vigente para os tratamentos aos enfermos militares. Começava a estruturar-se com um objectivo claro, onde a técnica, a arquitectura e a organização jurídica se complementavam perante as necessidades que temos vindo a aludir.

Portugal estava, assim, tecnicamente preparado para fazer frente a um embate militarizado, onde as novas técnicas da arte da guerra poderiam ser compreendidas; isto é, a par dos hospitais permanentes, foi pensada uma estrutura complementar como sendo os Hospitais Militares de Campanha, localizados onde era necessário permanecer uma guarnição armada, de forma a combater qualquer foco infeccioso proveniente da existência de combates e da concentração de grande número de homens armados.

Simultaneamente a esta complexidade organizativa, havia também contratos com as Misericórdias, as quais prestavam apoio aos enfermos militares, mediante o pagamento de uma quantia pré-estabelecida, o que livrava a Corte de ter uma grande ocupação de homens, de técnicos e de especialistas em Saúde Militar. Por outro lado,

---

<sup>16</sup> SANCHES, 1756: 138-139.

<sup>17</sup> BORGES, 2015: 115-125. Veja-se o caso concreto da Praça de Penamacor, com listagem pormenorizada dos engenheiros e médicos militar que estiveram neste hospital.

<sup>18</sup> BORGES, 2008c: 305-321.

<sup>19</sup> BORGES, 2016.

<sup>20</sup> REIS, 2004.

catalisava o saber técnico das obras da Misericórdia para seu próprio serviço, o que nos faz aludir à existência de protocolos, desde 1640 até às Invasões Francesas com incidência nas Beiras<sup>21</sup>, da prestação de serviços de cuidados sanitários à família militar, tornando exemplar este modelo assistencial, perante o Exército Português que defendia o reino de outros exércitos melhor preparados e, substancialmente, melhor equipados.

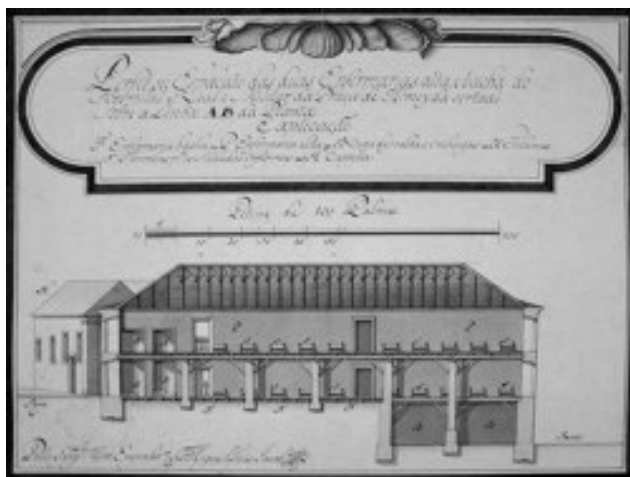


Fig. 1. Planta para um Hospital Militar em Almeida (perfil), onde se assinalam as tarimbas nas enfermarias baixa e alta, séc. XVIII

Fonte: GEDEM

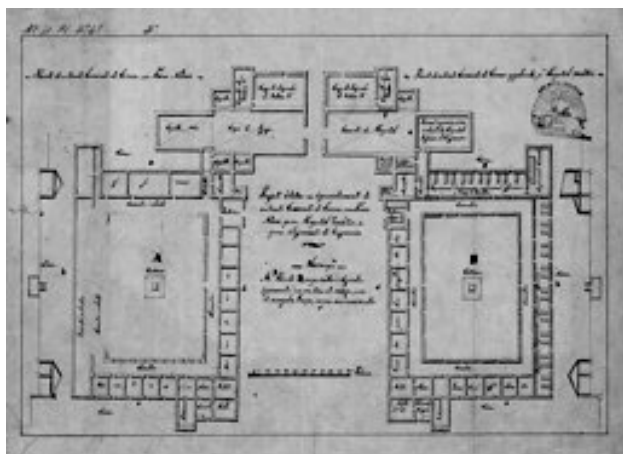


Fig. 2. Planta para um Hospital Militar em Torres Vedras, onde se assinalam as tarimbas nas enfermarias, séc. XIX

Fonte: GEDEM

<sup>21</sup> BORGES, 2007: 561-583.

## FONTES

### Arquivo Histórico Militar

AHM — Almeida. *Estado das Enfermarias e necessidades das mesmas*, 3DIV-16SC-Cx14-n.º 11.

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT — *Relação das Tropas Setentrionais e das Praças do Reino*, 90 folhas, C(asas) de F(ronteira) e A(lorna) — Doc. n.º 130. Inventário, Casas de Fronteira e Alorna (Marquês de Alorna).

## BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Augusto Moutinho (2006a) — *Os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus e a defesa do Alentejo*. «Revista Almansor», n.º 5. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, p. 73-86.
- \_\_\_\_ (2006b) — *Os Irmãos Hospitais de S. João de Deus e a assistência aos feridos de guerra em Portugal, séculos XVII-XVIII*. In *Actas XIV Colóquio de História Militar* Lisboa: Comissão Portuguesa História Militar, p. 595-625.
- \_\_\_\_ (2006c) — *Os Irmãos Hospitais de S. João de Deus e os Hospitais Militares em Portugal, Séculos XVII-XIX*. In GARCIA, Marín — *Catálogo Reais Hospitais Militares de S. João de Deus na fronteira Luso-Espanhola, séculos XVII-XVIII*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, p. 53-54.
- \_\_\_\_ (2006d) — *Novos dados sobre o Real Hospital Militar de S. João de Deus na Praça de Penamacor*. «Revista Jornadas de História da Medicina da Beira Interior», n.º 17. Castelo Branco: Cadernos de Cultura, p. 67-70.
- \_\_\_\_ (2007) — *Os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus na Beira: Da Restauração ao Liberalismo*. In *Actas XVI Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa História Militar, p. 561-583. 2 vol.
- \_\_\_\_ (2008a) — *Os Reais Hospitais Militares em Portugal no século XVII. O Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Almeida e Penamacor*. «Revista Arqueologia e História», vol. 56-57. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 139-148.
- \_\_\_\_ (2008b) — *Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e Fundados pelos Irmãos Hospitais de S. João de Deus, 1645-1834*. Lisboa: Faculdade de Ciência Médicas de Lisboa da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento (Prémio Defesa Nacional 2007).
- \_\_\_\_ (2008c) — *Tratamento aos feridos e doentes militares nas Campanhas Peninsulares: 1807-1808*. In *Actas XVII Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa História Militar, p. 305-321.
- \_\_\_\_ (2009a) — *Miguel Luís Jacob, um Engenheiro Militar na Praça de Almeida, 1759-1771*. In *Actas I Jornadas de Memória Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa História Militar, p. 247-301.
- \_\_\_\_ (2009b) — *Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- \_\_\_\_ (2009c) — *O Real Hospital Militar de Penamacor: Espaço e Memória*. In *800 Anos do Foral de Penamacor*. Penamacor: Câmara Municipal, p. 79-96.
- \_\_\_\_ (2011) — *Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834: seu contributo para a saúde pública*. «Revista Segurança e Defesa», n.º 17. Lisboa: Diário de Bordo, p. 84-85.
- \_\_\_\_ (2013) — *Enfermeiros e Enfermeiras ao Serviço do Exército de Portugal, 1445-1814*. «Revista da Academia Internacional de Cultura Portuguesa». Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa.
- \_\_\_\_ (2015) — *Penamacor Militar: da Restauração à República*. Penamacor. Câmara Municipal.
- \_\_\_\_ coord. (2016) — *Hospital-Convento de S. João de Deus: Centro Clínico da GNR: História e Património*. Lisboa: Palavras Táctéis.

- GUEDES, Lívio da Costa (1992) — *A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold, 1798*. «Boletim Arquivo Histórico Militar», vol. 60. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- REIS, Carlos Vieira (2004) — *História da Medicina Militar Portuguesa*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, vol. 2.
- SANCHES, António Ribeiro (1756) — *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.